MINISTÉRIO DA GUERRA**Repartição do Gabinete****Decreto n.º 20:839**

Artigo 1.º E feita a seguinte alteração no regulamento literário do Colégio Militar, aprovado pelo decreto n.º 18:608, de 14 de Julho de 1930:

Artigo 52.º

§ 2.º Aos alunos nas condições do artigo 50.º poderá ser permitido continuar o curso, embora deixem de pertencer ao pessoal do Colégio os oficiais a cujo cargo estejam, desde que estes tenham dez anos de serviço no mesmo estabelecimento ou, pelo menos, quatro anos de serviço seguidos no Colégio, após a matrícula de seu filho ou neto.

Art. 2.º São feitas as seguintes alterações no regulamento literário do Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar, constante do decreto n.º 18:876, de 23 de Setembro de 1930:

Artigo 53.º Aos professores e oficiais em serviço no Instituto é permitida a matrícula do seus filhos ou netos, quando permanentemente a seu cargo, como alunos externos ou internos, se satisfizerem às condições legais, sempre que o director não veja inconveniente.

§ 1.º A admissão como internos dos alunos a que este artigo se refere será feita sem prejuízo de terceiros e sem encargo algum para a Fazenda Nacional.

§ 2.º Não é permitida a matrícula como alunos externos ou internos a indivíduos que tenham praça assente no exército.

§ 3.º Aos alunos nas condições deste artigo poderá ser permitido continuar, embora deixem de pertencer ao pessoal do Instituto os professores e oficiais a cujo cargo estejam, desde que uns e outros tenham dez anos de serviço no mesmo estabelecimento ou, pelo menos, quatro anos de serviço seguidos no Instituto após a matrícula de seu filho ou neto.

§ 4.º Os alunos internos matriculados nos termos deste artigo têm os mesmos deveres e gozam dos mesmos direitos conferidos aos outros alunos internos, sendo submetidos ao mesmo regime.

§ 5.º Os alunos externos têm os mesmos deveres e gozam dos mesmos direitos conferidos aos alunos internos, excepto no que neste regulamento se dispõe em contrário.

O § 4.º passa a 6.º

Artigo 54.º O professor ou oficial em serviço no Instituto que pretender matricular um filho ou neto, como aluno externo ou interno, em qualquer curso do Instituto, deverá requerer a abertura da matrícula ao director, acompanhando a petição com os seguintes documentos:

Artigo 55.º A concessão a que se refere o artigo 53.º, no que respeita aos alunos externos, cessará logo que o aluno incorra em falta que importe grave ofensa da boa ordem e disciplina do Instituto, e bem assim quando houver reincidência no cometimento de faltas.

Art. 3.º São feitas as seguintes alterações no regulamento literário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, constante do decreto n.º 18:879, de 25 de Setembro de 1930:

Artigo 22.º Ao pessoal do Instituto a que se refere o artigo 43.º, ao tesoureiro e oficial conservador em serviço no Instituto é permitida a matrícula de suas filhas ou netas, quando permanentemente a seu cargo, como alunas externas ou internas, se satisfizerem às condições legais, sempre que o director não veja inconveniente.

§ 1.º A admissão como internas das alunas a que se refere este artigo será feita sem prejuízo de terceiros e sem encargo algum para a Fazenda Nacional.

§ 2.º As alunas internas matriculadas nos termos deste artigo têm os mesmos deveres e gozam dos mesmos direitos conferidos às outras alunas internas, sendo submetidas ao mesmo regime.

§ 3.º As alunas externas têm os mesmos deveres e gozam dos mesmos direitos conferidos às alunas internas, excepto no que neste regulamento se dispõe em contrário.

§ 4.º As alunas a que se refere este artigo poderá ser permitido continuarem na frequência dos seus cursos, embora deixem de pertencer ao pessoal do Instituto as entidades a cujo cargo estejam e já indicadas neste artigo, desde que as mesmas tenham dez anos de serviço no Instituto ou, pelo menos, quatro anos de serviço efectivo e seguido no estabelecimento após a matrícula de sua filha ou neta.

§ 5.º A concessão a que se refere este artigo, no que respeita às alunas externas, cessará logo que a aluna incorra em falta que importe grave ofensa da boa ordem e disciplina do Instituto, e bem assim quando houver reincidência no cometimento de faltas, sanção esta para que é necessária a opinião conforme do conselho de disciplina.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros da Guerra e da Instrução Pública assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 30 de Janeiro de 1932. — *António Lopes Mateus* — *Gustavo Cordeiro Ramos*.

Rectificação

No *Diário do Governo* n.º 300 e na data do decreto n.º 20:688, onde se lê: «1 de Dezembro», deve ler-se: «31 de Dezembro».

Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra, 29 de Janeiro de 1932. — O Chefe do Gabinete, *José Jorge Ferreira da Silva*.

MINISTÉRIO DA MARINHA**Comando Geral da Armada****Repartição do Pessoal****Portaria n.º 7:279**

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que a lotação da canhoneira *Dio*, em estado de meio armamento, aprovada pela portaria